

Adjetivos: breves considerações diacrônicas

Roberto Santos de Carvalho¹

Gessilene Silveira Kanthack²

Resumo: Este estudo apresenta uma parte da história do adjetivo, ao longo do pensamento ocidental, partindo das reflexões gregas, passando pelas bases romanas e suas ramificações. Descreveremos o contexto do pensamento filosófico em que os adjetivos foram descritos por Platão, e demonstraremos que, devido ao comportamento sintático-semântico, bastante peculiar dessa classe gramatical, seguiram-se tentativas de incluir os adjetivos, agrupando-os em distintas classes, visando melhor conhecer o comportamento fluido dessa categoria. O objetivo precípua do artigo é, pois, apresentar um breve panorama histórico da configuração da classe dos adjetivos, com vistas a demonstrar que o interesse por esta categoria gramatical segue longa tradição na investigação linguística ocidental.

Palavras-chave: Adjetivo; História; Semântica; Sintaxe.

1. INTRODUÇÃO

O estudo do léxico, na atualidade, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores que o tem investigado, visando aos mais variados objetivos. Pesquisas recentes, que se debruçam sobre essa temática, têm ganhado fôlego a partir da crescente presença da *internet*, que permite o desenvolvimento de inúmeros projetos, tais como: *tesauro*, *wordnet*, *léxico-semântico*, *taxonomia*, *ontologia* e *web semântica*. Muito embora projetos dessa natureza apresentem distintas definições e metodologias, todos

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus-BA). Mestre em Letras, Linguagens e Representações. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. e-mail: robertlinguistica@hotmail.com

² Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus-BA). Doutora em Linguística. Professora titular do Departamento de Letras e Artes. Professora do Mestrado em Letras, Linguagens e Representações. E-mail: kanthack1@uol.com.br

se voltam para o interesse de estruturar bases lexicais do tipo *on line*, visando aprimorar as informações lexicais organizadas a partir de sistemas de Processamento de Línguas Naturais (PLN) e sistemas de busca, tais como o *Google*®.

O interesse pelos adjetivos tem ocupado a agenda dos pesquisadores da atualidade que, focados nos objetivos acima delineados, tentam compreender as propriedades sintático-semânticas dos adjetivos, visando, também, a aperfeiçoar *softwares*, com vistas a melhorar o desempenho de corretores ortográficos, tradutores automáticos, sistemas de sumarização, anotação semântica de *corpus*, entre outros objetivos (cf. DI FELIPPO, 2004; CONTERATTO, 2009).

Embora seja visível a importância das descrições que visam explicitar distintas e fluidas propriedades apresentadas pela classe dos adjetivos, compreender um pouco da história de constituição dessa classe gramatical torna-se fundamental haja vista que a temática em questão tem requisitado a atenção de muitos estudiosos, seguindo longa tradição no pensamento ocidental.

Neste artigo, abordaremos parte da história do adjetivo, resgatando sua constituição a partir do pensamento ocidental, grego e romano. Descreveremos o contexto do pensamento filosófico em que o adjetivo foi descrito por Platão, assim como a oscilação sofrida ao longo dos séculos, ora incluído na classe dos nomes, ora na classe dos verbos. Na sequência, apresentaremos a descrição dos adjetivos pelo prisma dos gramáticos de Port-Royal, que distinguiram *acidente* (substantivo) de *atributo* (adjetivo), apontando a falta de liberdade sintática desse último. Depois disso, apresentaremos algumas propostas clássicas de classificação empreendidas por Bolinger (1967), Vendler (1968) e Zuber (1973), as primeiras voltadas para o inglês, a última para o polonês. Por fim, nas considerações finais, destacaremos outras investigações, visando traçar um breve panorama dos estudos empreendidos em torno da temática em questão.

A descrição que pretendemos empreender, ao longo do trabalho, visa, tão-somente, apresentar as primeiras reflexões e propostas de classificação para os adjetivos. Discutir mais profundamente as implicações de uma ou outra classificação, associando a outros estudos posteriores que procuraram, também, distribuir os adjetivos em classes, fugiria aos propósitos do artigo.

2 O PENSAMENTO GRECO-ROMANO E RAMIFICAÇÕES

Imersa em um contexto filosófico-especulativo, a história registrada da linguística ocidental (cf. WEEDWOOD, 2002) iniciou-se com o tratamento binário da natureza da faculdade da linguagem; por um lado, a língua(gem) era compreendida como uma fonte de conhecimento; por outro, era concebida como um simples meio de comunicação. As visões dicotômicas³ acerca dessa matéria visaram responder a um problema fundamental: “A língua tem algum vínculo direto e essencial com a realidade, espiritual ou física, ou é puramente arbitrária?”⁴

O problema da natureza da língua(gem) apareceu no *Crátilo* de Platão e, sob esse “marco filosófico inaugural”, as propriedades predicadoras dos adjetivos foram discutidas e passaram a ocupar a agenda dos estudiosos gregos, seguindo longa tradição no pensamento ocidental. Platão tratou dos adjetivos e promoveu a divisão da frase em duas unidades fundamentais: um componente verbal, *rhêma*, e um componente nominal, *ónoma*. O termo *ónoma*, no contexto do pensamento platônico, significava designação, sendo posteriormente cunhado como um termo técnico equivalente a nome; *rhêma*, primeiramente predicado, tornou-se equivalente a verbo, posteriormente.

Platão concebeu os adjetivos como pertencentes à classe dos *rhêma* por serem representantes de um predicado. Para ele, um adjetivo como *leukós* (branco), frequentemente, funcionava, em grego, como predicado: *Leukòs ho híppos* (o cavalo é branco). Como a *cópula*⁵ “é” era suscetível de inserção, Platão afirmava que os adjetivos seriam portadores, também, de uma referência temporal – presente.⁶

³ Saussure (1995) retomará essa discussão no início do século XX, dando o tratamento científico a esse problema. No *curso de Linguística Geral*, ele explica a arbitrariedade do signo linguístico por meio da discussão das dicotomias significante x significado. É importante destacar, no entanto, que algumas teorias pós-estruturalistas contestarão a visão saussuriana acerca dessa questão.

⁴ Weedwood (2002, p. 24).

⁵ Palavra que une dois termos de uma oração ou duas orações. Em Linguística, o termo *cópula* é sempre utilizado como sinônimo de ligação.

⁶ Weedwood (2002) afirma que a divisão entre *ónoma* e *rhêma*, empreendida por Platão, está estruturada em uma divisão funcional e semântica, não sendo de natureza formal. Segundo

Mantendo a mesma divisão platônica entre *ónoma* e *rhêma*, Aristóteles concebeu, também, os adjetivos como pertencentes à classe dos *rhêma*.⁷ Ele, no entanto, acrescentou mais um componente sintático, *Sýndesmoi*, que não havia sido pensado por Platão. *Sýndesmoi* viria a ser chamado, nos séculos posteriores, de conjunção, artigo e pronome (ROBINS, 1982).

O paradigma aristotélico foi retomado e mais bem articulado pelos estoicos; estes, segundo Robins (1982), ampliaram as classes gramaticais inicialmente delineadas, introduzindo definições mais precisas para dar conta da abrangência morfológica e sintática das novas classes que surgiram como desdobramento progressivo do sistema gramatical anterior. Os estoicos promoveram a separação do *Sýndesmoi* aristotélico em elementos variáveis (pronomes e artigos) e invariáveis (preposições e conjunções), restringindo o termo *Sýndesmos* aos elementos invariáveis e *árthra*, aos elementos variáveis.

Ao *ónoma* aristotélico, herdado de Platão, os estoicos dividiram em nome próprio, mantendo a nomenclatura *ónoma*, e nome comum, que passou a receber a designação de *prosegoría*. Desta última classe (*prosegoría*), separaram-se os advérbios (*mesótes*), que significavam aqueles que estão no meio, pois morfológicamente estavam mais ligados a termos nominais, mesmo mantendo nítida vinculação sintática com o verbo (cf. ROBINS, 1982). Conforme este autor, a divisão estabelecida pelos estoicos foi aceita por escritores de épocas posteriores, exceto a classe dos *prosegoría*, que foi reconhecida, apenas, como subclasse de *ónoma*.

Os estoicos,⁸ transitando na classe dos nomes, e referindo-se aos adjetivos, promoveram uma distinção semântica de fundamental importância do ponto de vista lógico, a saber: opuseram uma qualidade individual (ser Sócrates)

ela, não seria possível esperar que, do ponto de vista formal, adjetivos e verbos pudessem ser classificados juntos numa língua como o grego.

⁷ Lyons avaliou a classificação Platônica e Aristotélica nestes termos: ‘Platão e Aristóteles consideravam como função mais típica do adjetivo e do verbo a predicação [atribuição de propriedades às coisas], ao passo que a função mais característica do substantivo era a de denominar o sujeito da predicação 2(1979, p.340).

⁸ A contribuição dos estoicos (334-262 a. C.), no cenário das reflexões linguísticas, segundo Conteratto (2009), representou o marco dos estudos voltados para a regularidade da língua, não se restringindo, apenas, ao problema filosófico, dominante nos séculos anteriores, que discutia a origem da linguagem.

a uma qualidade geral (ser cavalo). Nesse contexto, os adjetivos permaneceram atrelados à classe dos verbos, tal como alocados inicialmente pelo pensamento platônico e aristotélico.

As reflexões promovidas pelos estoicos foram retomadas e ganharam continuidade com os filósofos de Alexandria, tendo, em Dionísio da Trácia, seu maior expoente. Os alexandrinos, diferentemente dos estoicos, debruçaram-se sobre questões linguísticas com vistas ao interesse literário. Dionísio continuou o trabalho de ampliação das classes gramaticais até então existentes, distinguindo oito classes de palavras:

Dionísio da Trácia distinguiu oito classes de palavras, cujo número, com uma alteração que se fez necessária por não existir o artigo em latim, permaneceu constante até os fins da Idade Média na descrição do grego e do latim, e teve grande influência na análise gramatical de diversas línguas modernas da Europa. O sistema de classificação de Dionísio foi considerado uma das suas mais importantes realizações. Os nomes próprios e comuns, distinguidos pelos estoicos, foram reunidos na classe única de *ónoma*; o particípio (*metoché*) foi separado do verbo e passou a ser uma classe independente de palavras; as classes estoicas de *syndesmos* e *árrhron* foram respectivamente divididas em *syndesmos*, ‘conjunção’ e *próthesis*, ‘preposição’, e em *árrhron*, “artigo”, e *antonymía*, “pronomes”. O advérbio foi rebatizado com o nome de *epirrhemá*, que substituiu o termo *mesótes* dos estoicos [...]. (ROBINS, 1982, p. 26).

Nesse contexto, os adjetivos sofreram um radical deslocamento da classe em que haviam sido alocados pelos antecessores de Dionísio. Originalmente pensados como um tipo de *rhêma* por Platão, Aristóteles e pelos estoicos, os adjetivos foram removidos, por Dionísio, para a classe dos *ónoma*, uma vez que sua morfologia e sintaxe eram mais parecidas com os nomes gregos e latinos.

Dionísio definiu ainda um tipo de “atributo consequente”, denominado por ele de *parepóména*, que se referia a diferenças gramaticais relevantes das formas das palavras em que se incluíam as categorias flexionais e derivacionais. Os cinco *parepóména* aplicados à classe do nome, segundo Dionísio da Trácia, eram:

Génos (gênero): masculino, feminino e neutro; *Eídos* (tipo): primitivo e derivado; *Schema* (forma): simples e composta – *Mémnon* é simples, *Philódemos* é composto (Philo + demos); *Arithmós* (número): singular, plural e dual; *Plósis* (caso): nominativo, vocativo, acusativo, genitivo e dativo. (ROBINS, 1982, p. 27-28).

Sendo as propriedades dos *parephómena* inerentes aos nomes, não é de estranhar que os adjetivos também compartilhassem das mesmas prerrogativas. Robins, comentando acerca do *Eídos* do adjetivo *gaieios*, afirmou:

O adjetivo *gaieios* (terrestre) é apresentado como um nome derivado, relacionando-se com o nome primitivo *gê* (também *gaia*), ‘terra’. Entre as subclasses de nomes derivados são arroladas formas do adjetivo no grau comparativo e superlativo (*andreióteros*, ‘mais valente’, e *andreiótatos*, ‘o mais valente’). Desse modo, as formas que poderiam ter servido de critério para distinguir os adjetivos como classe independente tiveram apenas um lugar específico dentro da classe dos nomes (1982, p. 27-28).

Conteratto (2009) acrescentou que Dionísio denominou o adjetivo como epíteto. Segundo a autora, “o epíteto é tido por ele como um atribuidor que pode indicar elogio ou censura como, por exemplo, sábio, rápido, tímido etc.” (p. 27). Dionísio atrelou a tal definição questões atinentes às diferentes relações representadas pelo adjetivo: *da alma* (ser sábio), *do corpo* (ser rápido) e *do extrínseco* (ser rico) (cf. NEVES, 1987).

É nítida a contribuição de Dionísio no aprimoramento das classes de palavras, particularmente no que se refere aos adjetivos. Nenhum dos pensadores que o precedeu havia tão bem refinado conceitos e propriedades das “partes do discurso”, como eram chamadas as classes de palavras. Embora a obra de Dionísio da Trácia tenha recebido críticas por não ter reservado um capítulo específico que tratasse da sintaxe, mesmo empregando o termo *syntaxis* ao longo de sua obra, suas observações possibilitaram o amplo tratamento da sintaxe por autores posteriores, como Apolônio Díscolo.

Este autor operou com as oito classes de palavras existentes e imprimiu à sintaxe o tratamento que havia faltado na *Téchnē grammatikē*.⁹ Assim como fez Dionísio, Apolônio Díscolo atrelou os adjetivos à classe dos nomes, ressaltando que eles indicavam, também, além de elogio e censura, conforme defendia Dionísio, uma atribuição qualquer (ideia de grandeza, de quantidade, de disposição da alma etc.).

Ao conceber os adjetivos como pertencentes à classe dos nomes, Díscolo ressaltou que eles, sozinhos, não teriam sentido completo. Com isso, defen-

⁹ A obra gramatical de Dionísio da Trácia.

deu a falta de “liberdade sintática” do adjetivo, uma vez que, para ter sentido completo, ele (o adjetivo) deveria estar atrelado ao substantivo. Para sustentar a ideia da dependência sintática do adjetivo, o autor valeu-se do argumento de que, à semelhança do advérbio – que não tem sentido completo sem a presença de um verbo, o adjetivo também era desprovido de sentido completo, sem o substantivo para acompanhar-lhe.

Os gramáticos medievais, conhecidos como “modistas”, compartilhavam da mesma noção de dependência do adjetivo; foram eles que separaram substantivos e adjetivos em duas classes distintas, demonstrando a independência sintática do substantivo (portador de sentido completo) e a dependência do adjetivo em relação ao substantivo.

Os gramáticos romanos, inspirados nas gramáticas gregas, sobretudo na *Téchne* de Dionísio, mantiveram as oito classes de palavras existentes e não promoveram qualquer mudança em relação aos adjetivos. Varrão concebia os adjetivos como pertencentes à classe dos nomes, por possuírem a flexão de caso; Prisciano concebia a classe dos *nomem* como “indicador de substância ou qualidade, atribuindo uma propriedade comum ou particular a todo objeto corpóreo ou coisa” (ROBINS, 1982, p. 45). Logicamente, outras discussões atravessaram as obras de Varrão e Prisciano, e os adjetivos, no entanto, mantiveram-se com as mesmas propriedades descritas pelos gramáticos gregos.

3. A DESCRIÇÃO DE PORT-ROYAL

A noção de dependência dos adjetivos, como descrita inicialmente em Díscolo, era compartilhada por Arnauld e Lancelot, na Gramática Geral e Razoada ou, simplesmente, Gramática de Port-Royal. Os autores dedicaram um capítulo para tratar dos substantivos e adjetivos, pensados, por eles, como pertencentes à classe dos nomes. Inicialmente, distinguiram substância (substantivo) e acidente (adjetivo) como os objetos dos pensamentos humanos:

Os objetos de nossos pensamentos são ou coisas, como *a terra, o sol, a água, a madeira*, o que comumente é chamado substância; ou a maneira das coisas, como *ser redondo, vermelho, sábio* etc. o que é denominado acidente.

Existe a seguinte diferença entre as coisas e as substâncias, e a maneira das coisas ou dos acidentes: as substâncias subsistem por elas mesmas, enquanto os acidentes só existem pelas substâncias.

É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos: pois, os que significam as substâncias foram denominados *nomes substantivos*; e os que significam os acidentes, designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm, *nomes adjetivos* (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p. 31).

A distinção substância/acidente consubstanciou-se como uma dicotomia fundamental para os seguidos argumentos de que os substantivos possuíam independência (sentido completo), o que não ocorria com os adjetivos:

Já que a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram nomes substantivos todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que significam substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto a outros nomes no discurso (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p. 31).

Os sábios de Port-Royal observaram que o adjetivo não possuía sentido completo, não subsistia por si só, quando apresentava, além de sua significação denotativa (chamada por eles de distinta), uma significação “confusa”, conotativa. O argumento foi ilustrado com a palavra *rouge* (vermelho):

A significação distinta de *rouge* (vermelho) é *rougeur* (vermelhidão); mas o termo significa, designando o sujeito dessa qualidade de modo confuso, donde se vê que ele não subsiste por si só no discurso, porque é preciso expressar ou subentender a palavra que indica esse sujeito (ARNAULD & LANCELOT, 1992, p. 32).

A possibilidade da criação de substantivos a partir de adjetivos, e vice-versa, foi apontada pelos gramáticos de Port-Royal. Para tanto, era necessário operacionalizar com os conceitos de denotação e conotação. A conotação, segundo eles, perfazia o adjetivo, e, ao se “retirar” o traço conotativo dos acidentes, poderíamos criar substantivos. A operação inversa, ou seja, acrescentar conotação às substâncias possibilitava a criação de adjetivos:

Como, pois, a conotação perfaz o adjetivo, quando é retirado dentre as palavras que significam os acidentes, deles se fazem substantivos, como de *coloré* (colorido), *couleur* (cor); de *rouge, rougeur*; de *dur* (duro), *dureté* (dureza); de *prudent* (prudente), *prudence* (prudência) etc.

E, ao contrário, quando se acrescenta aos termos que significam as substâncias essa conotação ou significação confusa de uma coisa à qual essas substâncias se referem, deles se fazem adjetivos, como de *homme* (homem), *humain* (humano), *genre humain* (gênero humano), *vertu humaine* (virtude humana) etc. (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p. 32).

Os gramáticos de Port-Royal observaram que muitas palavras derivadas da relação substantivo/adjetivo, e vice-versa, eram abundantes em grego e latim e chegaram a afirmar que o hebraico e o francês eram pobres nesse aspecto.¹⁰ Observaram, também, que algumas palavras que designam profissão, como *rei, filósofo, pintor* e *soldado*, adjetivos, de fato, se passavam por substantivos por terem, como sujeito implícito, o homem, subentendido sem maiores esforços:

O que faz com que esses nomes passem por substantivos é o fato de que, não podendo ter como sujeito senão o homem, pelo menos ordinariamente e segundo a primeira imposição dos nomes, não foi necessário acrescentar-lhe o substantivo, que pode ser subentendido sem qualquer confusão, já que a relação não pode ser estabelecida com nenhum outro. Por isso, esses nomes assumiram no uso aquilo que é peculiar aos substantivos, que é subsistir sozinhos no discurso (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p. 33).

O adjetivo era tratado pelos gramáticos de Port-Royal como um nome, encerrando, aparentemente, a discussão acerca da classe a que devia pertencer os adjetivos.¹¹

Em Port-Royal nasceu, também, a ideia de que a sequência NOME – ADJETIVO (ex. *Deus invisível*) configurava-se como o resultado de uma sequência anterior (implícita), da forma NOME É ADJETIVO (ex. *Deus é*

¹⁰ Os gramáticos de Port-Royal inovaram ao comparar várias línguas, além do grego e latim, com vistas a observar regularidades universais. Desse modo, demonstraram interesse em questões que seriam retomadas futuramente pela teoria gerativa.

¹¹ Conteratto (2009) afirma que, a partir do século XVIII, Harris (1751) voltou a incluir os adjetivos na classe dos verbos e reiniciar as discussões em função do comportamento muito peculiar dessa classe gramatical.

invisível). Para tanto, os estudiosos de Port-Royal apresentaram o exemplo clássico, ilustrado em 1:

- (1) Deus invisível criou o mundo visível.

Segundo eles, existiam implícitas em 1 três sequências, quais sejam:

- (i) Deus é invisível.
- (ii) O mundo é visível.
- (iii) Deus criou o mundo.

Em 1, observamos os adjetivos em *posição atributiva*, ou seja, adjetivos ligados ao nome sem intermédio de um verbo de ligação. O adjetivo em posição de atributo era considerado, inicialmente, como fruto de transformações generalizadas ou de transformações de orações relativas; tal noção, já advogada em Port-Royal, dominou as reflexões chomskyanas iniciais.

Chomsky (1975) postulou que 1 era o resultado de uma transformação generalizada que reunia as sequências (i), (ii) e (iii). Tais explicações, no entanto, foram abandonadas posteriormente pelas inadequações contidas frente aos exemplos que iam sendo estudados. Chomsky (1957) concebeu os adjetivos atributivos não mais como fruto de transformações generalizadas, mas como o resultado de transformações de orações relativas. Desse modo, 1 teria 2 como forma implícita:

- (2) Deus que é invisível criou o mundo que é visível.

A derivação via cláusula relativa encontrou diversas críticas pela impossibilidade de muitos adjetivos atributos poderem ser gerados a partir da relação predicativa ou atributiva (cf. TEYSSIER, 1968; LUCAS, 1975; BOLINGER, 1967). Compartilhando da mesma opinião, Borges Neto (1979) apresentou os exemplos abaixo, demonstrando a impossibilidade da derivação de um adjetivo predicativo (3b-c) e (4b-c) a partir de um adjetivo atributivo (3a) e (4a):

- (3) a. Um suposto comunista.
- b. *Um comunista suposto.
- c. *Um comunista que é suposto.

- (4) a. O físico nuclear.
 b. *O físico é nuclear.
 c. *O físico que é nuclear.

As observações advindas desses fatos apontaram para a questão fundamental de que os adjetivos apresentavam propriedades sintático-semânticas distintas; sendo assim, os modos de derivação deviam obedecer, também, a diferentes regras. Decorreu dessa posição a necessidade imediata do estabelecimento de classes de adjetivos, haja vista o comportamento peculiar de palavras agrupadas sob esse rótulo gramatical. Muitos estudos defluiram diretamente de tais observações, dentre eles, destacamos as propostas clássicas de Bolinger (1967), Vendler (1967) e Zuber (1973).

4. A CLASSIFICAÇÃO DE BOLINGER (1967)

Sob um viés semântico, analisando o inglês, Bolinger (1967) objetivou criticar a ideia de que os adjetivos, em posição de atributo, eram frutos de transformações via cláusula relativa, conforme propôs Chomsky (1965). Segundo o autor, não se podia considerar atributos como resultado de transformações de predicados e, para isso, ele se valeu de exemplos como 5 e 6:¹²

- (5) a. A total stranger. (*Um estranho total*)
 b. *The stranger is total. (O estranho é total)
- (6) a. *An asleep man. (Um homem adormecido)
 b. The man is asleep. (O homem está dormindo)

O que Bolinger queria demonstrar era que, em 5a, o adjetivo *total* liga-se ao substantivo *stranger* diretamente, sem o auxílio de um verbo de ligação (a chamada posição de atributo), e que jamais seria possível derivar uma sentença predicativa (5b) a partir de um atributo, pois, nesse caso, uma derivação como essa violaria alguma restrição sintático-semântica, gerando uma sentença

¹² As sentenças traduzidas são, apenas, um recurso de auxílio ao leitor. As traduções para o português, em alguns casos, alteram as propriedades discutidas.

tipos de *be-predications*.¹⁵ Segundo ele, apenas os adjetivos *be-predications* seriam derivados de transformação de apagamento de oração relativa. Com as investigações que promoveu, Bolinger demonstrou que havia nítida diferença entre a modificação exercida pelo predicativo e a modificação exercida pelo atributo.

O argumento usado por Bolinger para justificar o uso atributivo de certos adjetivos e a impossibilidade de uso, nessa mesma posição, por outros, estava fundamentada na noção de adjetivos temporários (*be_{temp}*) e não temporários (*be_{ntemp}*), diferenciando, assim, dois tipos de *be*.

Para Bolinger, somente os adjetivos não-temporários (*be_{ntemp}*) poderiam ser usados atributivamente e, na defesa dessa tese, ele apresentou os seguintes exemplos:

- (8) a. The girl is foolish. (*A menina é tola*).
 b. The foolish girl. (*A menina tola*).
 c. The girl is faint. (*A menina está desmaiada*).
 d. *The faint girl¹⁶. (*A menina desmaiada*).

O *be* temporário (*be_{temp}*) é responsável por indicar uma qualidade passageira, conforme se observa em 8c-d, em que o adjetivo “faint” apresenta o estado temporário em que a menina se encontra; já o *be* não temporário (*be_{ntemp}*) indica uma qualidade não temporária da menina, conforme ilustra o adjetivo “foolish” em 8(a-b).

Diante das constatações preliminares, Bolinger (1967) alertou que, embora a noção de temporalidade desse conta de explicar um grande número de restrições de uso dos adjetivos, outros tantos casos fugiam a essa explicação. Apresentado o critério pelo qual seria possível justificar o uso atributivo de certos adjetivos e a impossibilidade desse mesmo uso em outros casos, Bolinger, após apresentar os dois tipos de adjetivos, apontou dois tipos de modificações

¹⁵ Diferentemente do inglês, o português apresenta duas marcas formais para o *be-predications* de Bolinger: ser e estar.

¹⁶ Diferentemente do inglês, essa sentença é gramatical em português. Conteratto (2009) chama a atenção, no entanto, para o fato de que, tanto no inglês quanto no português, o adjetivo desmaiada é incompatível com o verbo ser.

exercidas por eles, a saber: modificação de referente e modificação de referência. Vejamos os exemplos em 9, apresentados pelo autor:

- (9) a. The boy is a student. (*O menino é um estudante*).
 b. The student is eager. (*O estudante é ansioso*).
 ↓
 c. The boy is an eager student. (*O menino é um estudante ansioso*).

A discussão de Bolinger permeou a questão semântica que existe entre “O estudante é ansioso” e “O menino é um estudante ansioso”. Para o autor, em 9c há o destaque da impaciência de um indivíduo que também é estudante; em 9b, centra-se em um indivíduo que só é impaciente enquanto estudante.

Bolinger argumentou, então, que os adjetivos predicativos eram, preferencialmente, modificadores de referente, enquanto os atributos eram modificadores de referência, ou seja, a modificação de referente estava para a leitura predicativa enquanto a modificação de referência estava para a leitura atributiva.

Diante dessa discussão, o autor apresentou a noção de *transferibilidade*. De acordo com ele, adjetivos de referentes tendem a ser transferíveis de um nome a outro, o que não acontece com os adjetivos de referência. Para esclarecer tal noção, apresentou os seguintes exemplos:

- (10) a. Henry is a drowsy policeman/ man / father
 (Henry é um policial sonolento / um homem sonolento / um pai sonolento)
 b. Henry is a smart student. (*Henry é um estudante esperto*)

Para Bolinger, em 10, a ligação que se estabelece entre o adjetivo *drowsy* e *Henry* é independente da ligação entre *Henry* e *policeman*. Desse modo, *policeman* poderia ser substituído por qualquer outro nome sem alterar a relação que se estabelece entre *drowsy* e *Henry*. Em 10b, nota-se que *Henry* só é esperto na condição de estudante.

Podemos explicar a noção de *transferibilidade* do seguinte modo: um adjetivo X será transferível de um nome a outro desde que os nomes se refiram ao sujeito, ou seja, só haverá *transferibilidade* na presença de uso predicativo do

adjetivo. Em 10a, ‘sonolento’ é transferível de um nome a outro, desde que os nomes se refiram a Henry. Desse modo, chegou-se à conclusão de que os adjetivos modificadores de referente eram transferíveis enquanto os adjetivos modificadores de referência eram não transferíveis.

5. A CLASSIFICAÇÃO DE VENDLER (1968)

Vendler (1968), ao analisar o comportamento dos adjetivos em inglês, propôs nove classes, a saber: A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9. Ele defendeu que os adjetivos atributos podiam ser resultado de transformações de predicativos e, com a subdivisão proposta, tentou dar conta de explicar as irregularidades que iam surgindo.

A seguir, apresentamos algumas das principais características das classes propostas por esse autor, começando pela classe do tipo A1:

5.1 A Classe dos Adjetivos A1

Vendler argumentou que a classe dos adjetivos A1 é resultante de transformação via cláusula relativa, como ilustram os exemplos em 11:

- (11) a. Beautiful dancer. (*Dançarina bela*).
 b. Dancer who is beautiful. (*Dançarina que é bela*).

Segundo Vendler, (X) é derivada de (Y), tendo (Y) como estrutura subjacente, como indica o esquema abaixo:

(Y) A dançarina que é bela. \longrightarrow (X) A dançarina bela.

Enquanto os adjetivos do tipo A1 estão ligados de forma direta ao nome, os adjetivos das outras classes se relacionavam indiretamente com o nome. Tal relação, no entanto, não ficou devidamente esclarecida.

5.2 A Classe dos Adjetivos A2

A classe dos adjetivos A2 é descrita como uma classe que indicava medida, e que provinha, também, de orações relativas. A distinção da classe A1 para a classe A2, no entanto, residia no fato de que em A2, entre o nome (N) e

o adjetivo (A), existia um nome de dimensão (Nm), provendo a ligação indireta entre o nome e o adjetivo. Para sustentar essa afirmação, Vendler apresentou o exemplo ilustrado em 12:

(12) Big/ big elephant. (*grande / elefante grande*)

Em 12, é possível observar, segundo o autor, que a ligação entre o nome *elefante* e o adjetivo *grande* era indireta, tendo *grande* (adjetivo) com dupla e coincidente função: nome de dimensão (largura, altura, comprimento etc.) e adjetivo, numa relação N cujo Nm é A.

5.3 A Classe dos Adjetivos A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9

A partir das classes A3, Vendler torna a descrição extremamente confusa. Os exemplos não são suficientemente esclarecidos, o que gerou inúmeras críticas ao seu trabalho. As críticas concentraram-se, sobretudo, no fato de ele ter ficado preso a taxonomia exagerada, fazendo poucas generalizações, não tendo deixado suficientemente claros os critérios utilizados para determinar as nove classes de adjetivos. No que tange às classes A3 a A9, a única noção que emerge dos exemplos é que a relação entre o adjetivo e o nome é feita de forma indireta. Essa relação indireta, no entanto, não foi devidamente demonstrada.

6. A CLASSIFICAÇÃO DE ZUBER (1973)

Zuber (1973), analisando o polonês, propôs uma distinção bem mais sucinta que Vendler (1968), distinguindo duas formas de classificação para os adjetivos, a saber: adjetivos *categoremáticos* e adjetivos *sincategoremáticos*.

Um adjetivo será *categoremático* quando seu sentido é estabelecido independentemente do sentido do nome com o qual se liga. Um adjetivo será *sincategoremático* quando seu sentido estiver intimamente ligado ao sentido do nome. Nestes termos, Zuber propôs a seguinte implicação para classificar os adjetivos: NP1 é NP2 A \rightarrow NP1 é NP2 e NP1 é A (NP= sintagma nominal).

No sentido de esclarecer a implicação acima apresentada, Zuber apresentou os seguintes exemplos:

- (13) a. Pierre est un jeune marié. (*Pierre é um jovem casado.*)
 b. Pierre est marié et il est jeune. (*Pierre é casado e ele é jovem.*)
 c. Pierre est un étudiant chauve. (*Pierre é um estudante calvo.*)
 d. Pierre est un étudiant et il est chauve. (*Pierre é estudante e ele é calvo.*)

O autor argumentou que 13a não implicava 13b, mas que 13c implicava 13d; desse modo, nos casos em que a implicação for verdadeira, o adjetivo será categoremático; nos casos em que a implicação for falsa, o adjetivo será sincategoremático. Desse modo, “jeune”, nos exemplos acima, é sincategoremático, enquanto “chauve” é categoremático.

Em suma, vimos que Bolinger (1967) se ateu ao estudo dos adjetivos, objetivando criticar a ideia de que eles, em posição de atributo, seriam fruto de transformações via cláusula relativa. Para tanto, o autor propôs dois tipos de *be-predications*, fundamentado na noção de adjetivos temporários (*be_{temp}*) e não temporários (*be_{ntemp}*). Vendler (1968), por sua vez, diferente de Bolinger, defendeu que os adjetivos atributos podiam ser resultados de transformações de predicativos e, para tanto, propôs a subdivisão dos adjetivos em nove classes. Zuber (1973) focou o mesmo objeto de estudo de Bolinger e Vendler, estabelecendo uma distinção entre adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos apresentar uma parte da história da classe dos adjetivos, ao longo do pensamento ocidental, partindo das reflexões platônicas e aristotélicas, passando pelas bases romanas e ramificações. Demonstramos que os adjetivos foram objeto de investigação no quadro inicial das reflexões chomskyanas, bem como apresentamos os desdobramentos que se seguiram às noções iniciais de que o adjetivo em posição de atributo era fruto de transformações generalizadas ou de transformações de orações relativas. Tal desdobramento deu-se no âmbito de várias propostas de classificação, visando ratificar ou refutar tais concepções; das propostas que versaram sobre esse assunto, destacamos três, a saber: Bolinger (1967), Vendler (1967) e Zuber (1973).

É lícito, no entanto, destacar que um verdadeiro exército de pesquisadores se debruçou em torno da temática em comento. Alguns autores trilharam caminhos paralelos, parcialmente opostos, ou totalmente opostos às propostas de Bolinger, Vendler e Zuber.

Dentre as muitas investigações, listamos abaixo algumas com o objetivo de indicar um primeiro caminho de leituras para aqueles que vierem a se interessar pela temática. Os trabalhos citados remetem a outras investigações, estabelecendo, assim, uma teia de referências que pode servir de base de pesquisa, o que poderá poupar o trabalho de “arqueologia” àqueles que trilharem os caminhos dos estudos dos adjetivos.

Analisando outras línguas, que não o português, encontramos trabalhos como: Siegel (1976); Carlson (1977); Levi (1978); Dixon (1982).

Analisando o português, muitos estudos investigaram os mais diversos aspectos dos adjetivos; questões como a ergatividade, a gradação, categorias vazias, posição dos adjetivos no sintagma nominal, Processamento Automático das Línguas Naturais (PLN) foram objeto de investigação. Dos principais trabalhos que trataram dessas e de outras perspectivas, destacam-se: Alkmin (1975), Vannucchi (1977), Pazini (1978), Lemle (1979), Borges Neto (1979), Kato (1989, 1990), Boff (1991), Silva e Pria (2001, 2002), Silva (2008), Rio-Torto (2006), Conteratto (2009).

O quadro que apresentamos não conseguiria reunir todas as investigações empreendidas em torno da temática. Esperamos que o breve panorama apresentado possa demonstrar que as indagações acerca dos adjetivos seguem longa trajetória no pensamento ocidental.

BIBLIOGRAFIA

- ALKMIN, T. M. 1975. *A classe difícil de predicados adjetivais do português*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP.
- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. 1992. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOFF, A. M. 1991. *A Posição dos Adjetivos no Interior do Sintagma Nominal: perspectivas sincrônica e diacrônica*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP.
- BOLINGER, D. 1967. Adjectives in English: Attribution and Predication. In: *Língua*, n. 18, p. 1-34.

- BORGES NETO, J. 1979. *Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP.
- CHOMSKY, N. A. 1957. *Syntactic Structures*. Haia: Mouton.
- _____. 1975. *Aspectos da teoria da Sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado.
- CONTERATTO, G. B. H. 2009. *Adjetivos: uma representação linguístico-computacional*. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CRÁTILO-PLATÃO. 1994. Diálogo sobre a Justeza dos Nomes. Trad. Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- DI FELIPPO, A. 2004. *Representação linguístico-computacional dos adjetivos valenciais do português*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, São Paulo.
- KATO, M. 1989. A seqüência ADJ+N em português e o princípio da harmonia transcategorial. In: *Letras & Letras*, 4, vol. 1 e 2, p. 205-213.
- _____. 1990. *A ergatividade dos adjetivos*. Comunicação apresentada no II Encontro da ANPOLL, Recife.
- LEMLE, M. 1979. A ordem dos adjetivos no sintagma nominal em inglês e português: implicações para a teoria gramatical. *Anais do III Encontro Nacional de Linguística*. PUC-RJ, p. 6-31.
- LUCAS, M. A. 1975. The syntactic classes of antenominal adjectives in English. In: *Língua*, n. 35. p. 155-171.
- LYONS, J. 1979. *Introdução à linguística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel; revisão e supervisão de Isaac Nicolau Salum – São Paulo: Nacional; Edusp.
- NEVES, M. H. M. 1987. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC.
- PAZINI, M. C. B. 1978. A posição do adjetivo na locução nominal em português. *Revista Brasileira de Linguística*, n. 5, v. 1, Ano IV, p. 27-52.
- RIO-TORTO, G. 2006. Para uma Gramática do Adjectivo. In: *Alfa – Revista de linguística*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 103-129.
- ROBINS, R. H. 1982. *Pequena História da Linguística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- SAUSSURE, F. de. 1995. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paes e Izidoro Blikstein. 20. ed. São Paulo: Cultrix.
- SILVA, A. 2008. A ordem variável dos adjetivos em grupos nominais. In: *Calidoscópio*. Unisinos. vol. 6, n. 3, p. 134-141.
- SILVA, A; PRIA, A. D. 2001. A ordem variável do adjetivo em anúncios jornalísticos do século XIX: uma questão semântico-discursiva. In: *Alfa – Revista de linguística*, n. 45, p. 71-83.

_____. 2002. Correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 31, p. 50-56.

TEYSSIER, J. 1968. Notes on the syntax of the adjective in modern English. In: *Língua*, n. 20, p. 225-249.

VANNUCCHI, J. D. 1977. Sintaxe da gradação do adjetivo em português. In: *Revista Brasileira de Linguística*, n. 4, vol 2, Ano III, p. 17-44

VENDLER, Z. 1968. *Adjectives and Nominalizations*. Haia, Mouton, 1968. Ithaca (NY): Cornell University Press.

WEEDWOOD, B. 2002. *História Concisa da Linguística*. Trad. Marcos Bagno. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial.

Adjectives: an outline of diachronic considerations

Abstract: This study outlines part of the history of the adjective, covering western thought, starting from Greek reflections, and looking at Roman foundations and their ramifications. We describe the context of the philosophical thought in which adjectives were described by Plato, and we demonstrate that due to the syntactic-semantic behavior fairly peculiar to this grammatical class, attempts were made over time to comprehend adjectives, grouping them into different classes, with the aim of increasing knowledge of the fluid behavior of this category. The main aim of this article is, therefore, to present a brief historical panorama of the configuration of the adjective class, in order to demonstrate that interest in this grammatical category follows a long tradition in western linguistic research.

Keywords: Adjective; History; Semantics; Syntax.

Recebido em: 01/03/2011

Aprovado em: 31/03/2012